

L E I N^o 1082/72

Data : 29 de novembro de 1972.

Súmula: Aprova o Orçamento Geral do Município de Bandeirantes, para o exercício de 1973.

A câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Artigo 1^o - O Orçamento Geral do Município de Bandeirantes, para o exercício de 1973, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita e fixa Despesa, em Cr\$ 5.045.390,00 (cinco milhões, quarenta e cinco mil, trezentos e noventa cruzeiros).

Artigo 2^o - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas correntes e de capital, na forma de legislação e das especificações constantes do anexo 2, de acordo com as seguintes fontes:

1.0 - RECEITAS CORRENTES 4.613.900,00
1.1 - Receita Tributária 605.000,00
1.2 - Receita Patrimonial 6.000,00
1.3 - Receita de Transferência Corrente 3.745.500,00
1.4 - Receitas Diversas 227.890,00
1.5 - Receitas Industrial 27.000,00

2.0 - RECEITA DE CAPITAL
2.5 - Transferência de Capital 434.000,00
T O T A L: Cr\$ 5.045.390,00

Artigo 3^o - A Despesa será realizada segundo o anexo 2 A, conforme a seguinte discriminação:

0 - Governo e administração Geral 714.730,00
1 - Administração Financeira 362.369,00
4 - Viação, Transportes e Comunicações 778.519,00
5 - Indústria e Comércio 292.480,00
6 - Educação e Cultura 1.230.600,00
7 - Saúde 93.122,00

8 – Bem Estar Social 487.626,00
9 – Serviços Urbanos 1.085.944,00
T O T A L 5.045.390,00

Artigo 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a programar a execução da Despesa em níveis compatíveis à realização da Receita, a fim de manter a execução desta Lei, dentro do equilíbrio orçamentário e a realizar operações de crédito por antecipação da Receita, até o limite de 10% (dez por cento) da Receita prevista.

Artigo 5º - As despesas com pessoal, material, serviços e encargos necessários à realização de obras, quando executados por Administração Direta, correrão a conta da consignação 4.1.1.0 – Obras Públicas.

Artigo 6º - A execução orçamentária obedecerá, no que couber às disposições do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1.967.

Artigo 7º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Créditos Suplementares nos limites e com as finalidades seguintes:

1 – Atender as insuficiências de dotações de Despesas Correntes, Especialmente as relativas a encargos com o pessoal, utilizando como recursos, os constantes do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

2 – Atender aos planos de aplicação de Fundos Municipais, financiados ou mantidos por Receitas com destinação específica, até o limite da arrecadação efetiva da Receita a que estiver vinculada, inclusive quando originada em Operações de Créditos autorizados.

3 – Atender as despesas em órgãos industriais ou prestadores de serviços até o limite do excesso da Receita por eles produzidas.

4 – Atender as demais despesas até o limite de 15% (quinze por cento) da Receita prevista na forma dos artigos 7º e 43º da Lei Federal, nº 4.320/64.

Artigo 8º - O controle externo de execução de Despesa será realizado através do quadro demonstrativo de Despesa, anexo A, parte integrante da Lei.

Artigo 9º - Consoante o disposto no artigo nº 66 da Lei Federal nº 4.320/64, o Poder Executivo Municipal, no Decreto que baixará normas de execução do Orçamento de 1.973, poderá no interesse da administração de cotações atribuídas às Unidades Orçamentárias.

Artigo 10 - Durante o exercício de 1.973, havendo necessidade da movimentação de pessoal de uma para outra Unidade Administrativa, poderá, por Decreto, o Chefe do Executivo aplicar o disposto no artigo 66º, parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320/64.

Artigo 11 - Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor a presente Lei, a partir de 1º de janeiro de 1973.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, em 29 de novembro de 1972.

Luiz Meneghel
Prefeito Municipal

Osmar Ortega
Oficial Administrativo